

(DES)NOTÍCIA: A (DES)CONSTRUÇÃO DE UM GÊNERO DISCURSIVO

FAKE NEWS: THE DECONSTRUCTION OF A DISCURSIVE GENRE

Filipo Pires Figueira
UNICAMP

Resumo: O objetivo deste artigo é compreender mais detalhadamente a relação que se estabelece pela paródia entre dois gêneros discursivos: a desnotícia e sua contraparte análoga, a notícia. Para tal, foram dois os procedimentos de análise: por um lado, analisou-se a cena enunciativa da notícia e da desnotícia, constatando-se que esta emprega a retórica da objetividade da notícia como sua cenografia, parodiando-a. Por outro lado, analisou-se a mobilização da memória discursiva, recorrente tanto no discurso jornalístico quanto no parodista. Verificou-se que a desnotícia remete ao discurso noticioso não apenas em sua forma composicional, mas também no estilo e no conteúdo temático dos seus enunciados humorísticos: seja para jogar com os acontecimentos noticiados de forma inusitada, seja para mobilizá-los como pano de fundo. Conclui-se reiterando o caráter humorístico da desnotícia: ela parodia a estrutura da notícia, mas esvazia de sentido a pretensão de objetividade antes impregnada nela. Assim, o discurso parodístico permite trazer à tona outras “verdades”, interditas ao discurso jornalístico, sobre os acontecimentos a que alude.

Palavras-Chave: Análise do Discurso; Paródia; Desnotícia.

Abstract: This paper aims to deeper comprehend the relation that parodist discourse establishes between two discursive genres: fake news and its counterpart, factual news. For this, there were two analyses' procedures: the enunciative scene of news and fake news were analyzed, to discover that the second one employs the desire for objectivity of the first as its scenography, parodying it. The concept of discursive memory, recurrent in both discourses - journalistic and parodist- was also analyzed. It was verified that fake news refers to the journalistic discourse not only by its structures, but also in the content of its humoristic statements: to play with the events in an unusual way or to use it as a background for the jokes. It's concluded with the reiteration of its humoristic effects: fake news imitates factual news' structure only to deflate its presumption of objectivity. This way, the parodist discourse allows other “truths” otherwise prohibited by the journalistic discourse to arise.

Keywords: Discourse Analyses; Parody; Fake news.

*Explicar uma piada é como dissecar um sapo.
Você o entende melhor, mas o sapo morre no
processo.*

E. B. White

INTRODUÇÃO

O jogo morfológico que constrói o título desse trabalho é um índice do que pretendo apresentar: a “desconstrução” de um gênero do discurso¹ para compreender outro. Não à toa, a frase de E. B. White é a epígrafe do artigo: matarei “o sapo” da desnotícia através de sua dissecação e de sua contraparte análoga (a notícia). Assim, é meu objetivo principal apresentar esse gênero emergente (desnotícia), mas já muito presente nos meios virtuais, buscando compreender o modo como ele *significa*, como mobiliza o simbólico para produzir o riso. Para tal, cabe introduzir também que este artigo se situa em um campo específico da Linguística, a Análise do Discurso (doravante, AD): como é próprio deste campo, buscarei refúgio teórico para as análises não apenas na Linguística, mas em sua interseção com a História e com a Psicanálise. Por razões acadêmicas (foi objeto de iniciação científica e agora é do meu mestrado), coletei os exemplos de análise apenas em um portal, o *The Piauí Herald* (doravante, *TPH*), mas, em vista da regularidade observada nesse e em outros portais, é possível estender as conclusões deste trabalho ao gênero.

O texto se organizará da seguinte forma: começo apresentando algumas características iniciais do gênero discursivo analisado; destaco seu teor humorístico e paródico, além de comentar aspectos estruturais. Após, discutirei alguns conceitos dos estudos humorísticos necessários para as análises. Os três tópicos seguintes dedicam-se às análises: primeiro, investigarei a cena enunciativa da desnotícia em sua interlocução com o gênero noticioso, destacando o teor cenográfico do gênero paródico; em seguida, abordarei o problema da memória, ou seja, da relação entre (des)notícia, acontecimento e rememoração; por fim, analiso os diferentes tipos de construção humorística dos enunciados das desnotícias. Passemos, enfim, ao texto.

A DESNOTÍCIA

Como este é um gênero discursivo ainda recente, e para evitar ficarmos em pura abstração, é crucial que eu o apresente. Para isso, nada melhor do que um exemplo:

¹ Sendo um conceito já bem difundido na linguística, principalmente nos estudos discursivos e textuais, me abstenho de rerepresentá-lo. Para uma compreensão aprofundada, ver Bakhtin (1997).

(1) **OAS promete reformar casa que caiu**

GUARUJÁ – Uma nova fase da Operação Lava Jato, recém-deflagrada, apura indícios de que a OAS entrou em contato com Lula para reformar a casa que caiu. “Documentos apreendidos mostram que a empreiteira planeja a construção de um elevador no local a fim de que a popularidade do ex-presidente em exercício volte a subir”, explicou Sergio Moro.

O novo imóvel, segundo as autoridades, será itinerante para que Lula possa viajar pelo Brasil da forma mais confortável possível. “É importante frisar que a casa não consumirá gasolina Petrobras ao se locomover. Será movida pela energia limpa gerada por dois pedalinhos”, revelou a engenheira Artemisa Guedes. “Em vez de direção hidráulica, o empreendimento móvel terá condução coercitiva”, completou.

No final da tarde, em resposta às acusações contra Lula, Aécio Neves gabou-se de ter construído um aeroporto sem a ajuda da OAS. (TPH, 04/03/2016).

À primeira vista, o texto se parece com uma notícia, mas não tarda para que estranhemos² alguns de seus elementos. O estranhamento começa nos elementos paratextuais: mesmo que muitos portais diagramem-se mimeticamente aos sites de notícias, os slogans que os apresentam indicam, direta ou indiretamente, o caráter fictício e humorístico destes textos³: o portal *Desnotícias*⁴ define-se como “uma fonte de notícias *livre e de grátis* (sic), feita por *pessoas e animais* como você em mais de 25 mil idiomas”⁵; O *Sensacionalista*, por sua vez, se caracteriza como “jornalismo *isento de verdade*”⁶; *The Piauí Herald*, por fim, fugindo de qualquer intenção de informatividade, identifica-se como “o blog do *diário mais elegante* do Brasil”⁷. Ao comparar estes slogans com o de um jornal de notícias, o caráter drástico da distinção se torna ainda mais evidente: no slogan da *Folha de S. Paulo*, “um jornal *a serviço do país*”⁸, por exemplo, não há nada de exageros ou absurdos (“feita por pessoas e animais”; “em mais de 25 mil idiomas”), de comentários estéticos (“do diário mais elegante”), ou de descaso com a verdade e com a seriedade (“isento de verdade”⁹). A *Folha de S. Paulo* enuncia-se em um ethos quase militar: a *serviço do país* – poucas coisas são mais sérias do que isso.

² Empréstimo de Paul Ricœur (2007) as seguintes palavras, para caracterizar o uso pronominal neste texto: “Digo de preferência ‘eu’ quando assumo um argumento e ‘nós’ quando espero arrastar comigo meu leitor” (p. 19). Enunciarei minhas análises no singular, mas percepções e conduções da leitura serão apresentadas em agremiação com o meu leitor, pelo plural.

³ Os destaques que seguem são todos meus.

⁴ Este portal cunhou o termo “desnotícia”. Estendo-o para o gênero porque ele me parece a alternativa mais semanticamente representativa: “pseudonotícia” ou “notícia falsa” atribuem maior papel à “tentativa falha” de ser notícia do que à subversão paródica dela – o que, como veremos, não é a perspectiva que adoto.

⁵ http://desciclopedia.org/wiki/Desnot%C3%ADcias:P%C3%A1gina_principal, acesso em 23/04/2017, às 14:45.

⁶ <https://www.sensacionalista.com.br/>, acesso em 23/04/2017, às 14:45.

⁷ <http://piaui.folha.uol.com.br/herald/>, acesso em 23/04/2017, às 14:45.

⁸ <http://www.folha.uol.com.br/>, acesso em 23/04/2017, às 14:45.

⁹ É interessante, sobre este slogan, que ele se apresenta não só como uma recusa à verdade (estar isento dela). Ele também apresenta, pelo equívoco, uma ambiguidade: a oração “jornalismo isento de verdade” pode ser compreendida de duas formas: “de verdade” pode tanto ser complemento de “isento” quanto advérbio. Assim, teríamos duas possíveis paráfrases que qualificam este portal de desnotícias: “um jornal que prescindir da verdade” ou “um jornal que é realmente isento”.

Assim, o humorismo e o “descaso” com a verdade factual estão postos (não pressupostos) nas desnotícias. Ambas as “condutas” se estendem aos textos: a forma composicional, nossa memória textual permite perceber, segue algo próximo à de uma notícia; o estilo, direto e expositivo, também se assemelha ao da notícia. No entanto, essa aparência “fura” em uma característica crucial: em contrapartida ao que ocorre no discurso jornalístico, aqui não há a exposição de um fato, mas uma *construção paródica*. No lugar do fato, a ficção.

Do ponto de vista humorístico, proponho que estes textos são, pois, paródias: um procedimento fundamentalmente *interdiscursivo*, efeito metalinguístico que “reformula” um *discurso original*, parafraseando Sant’Anna (2003). No entanto, esta reformulação não é pacífica, pois introduz um sentido diretamente oposto ao original: as vozes na paródia não são apenas distintas, mas se posicionam antagonicamente uma à outra. A desnotícia, enfim, é fruto da paródia tanto do gênero notícia quanto do campo e do discurso jornalístico; opõe-se aos sentidos atribuídos por e para eles. Isto é, parodia a estrutura da notícia e fazem a caricatura dos retratos jornalísticos noticiados – em especial do jornalismo sensacionalista. Em vista deste teor paródico, constitutivo da desnotícia, para compreender sua relação interdiscursiva é necessário, primeiro, esclarecer alguns elementos sobre o riso.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O HUMOR E O RISO

Há uma tese, já bem antiga, de que o riso é fruto de uma quebra de expectativa ou surpresa - Skinner (2004) permite-nos observar isso de maneira bastante clara, ao retomar a tese do humanista Fracastoro que, já em 1546, defendia a tese que rir é resultado de uma *admiratio* (admiração) ante uma *novitas* (novidade). A contribuição específica de Freud ([1905] 1977)¹⁰, extremamente importante, é que essa surpresa ou novidade não é necessariamente da ordem do pensamento, mas sim fruto do emprego de uma técnica: “o sentimento de prazer do ouvinte não decorre do propósito do chiste nem de seu conteúdo intelectual; nada nos resta, portanto, senão colocar em conexão o sentimento de prazer com a técnica do chiste” (FREUD, 1977, p. 114). Esta técnica (do trocadilho, da piada, do *double-entendre*, do *malaprop* etc.) trabalha no nível da língua, não do conteúdo: é gerido no inconsciente (e, acrescento, condicionado pela História), mas realizado verbalmente.

Não à toa, D. Chiaro (1992) consegue definir “competências” necessárias para a compreensão de um enunciado engraçado; nas palavras da pragmaticista, “podemos então

¹⁰ No sentido que lhe dá J.-C. Milner: “o campo freudiano é coextensivo ao campo da palavra” ([1978] 2012, p.7).

dizer que três sistemas interagem entre si para constituir o tipo de competência necessária para se entender uma piada: linguístico, sociocultural e ‘poético’” (CHIARO, 1992, p. 13): o nível das possibilidades da língua-sistema, o da possibilidade dos discursos (“sociocultural”) e o da possibilidade de jogar ludicamente com a língua. Assim, ela os divide entre os enunciados poéticos, que se mantêm no nível do sistema-língua (como as ambiguidades e os duplo-sentidos), e os prosaicos, que fazem colidir os discursos enunciados pelo dito cômico. Nos termos de Freud (1977), os últimos seriam os chistes produzidos pela condensação (unem sob o mesmo signo diferentes elementos) e os primeiros pelo deslocamento (uma mudança de percurso de pensamento).

Vejamos, na desnotícia acima, exemplos destes grupos de técnicas diferentes:

- (2) “Documentos apreendidos mostram que a empreiteira planeja a construção de um elevador no local a fim de que a popularidade do ex-presidente em exercício volte a subir”, explicou Sérgio Moro. (TPH, 04/03/2016).
- (3) “Em vez de direção hidráulica, o empreendimento móvel terá condução coercitiva”, completou. (TPH, 04/03/2016).

O primeiro enunciado, (2), é um exemplo de um “dito poético” ou de deslocamento. Apesar de pequenas remissões necessárias (quem é Sérgio Moro, por exemplo), a graça deste enunciado é resultado daquilo que se opera na língua: o deslocamento semântico que se estabelece entre os sintagmas “construção de um elevador” e “popularidade do ex-presidente em exercício volte a subir”. Em uma construção jocosa (na falésia do absurdo), estabelece-se uma equivalência de sentido entre “**subir / elevar**” e “**pessoa / popularidade**”, com a introdução de finalidade (pelo conectivo “a fim de que”): um elevador, dotado da possibilidade “física” de fazer subir ou descer pessoas, poderia elevar (ou fazer *cair*) o nível de popularidade, tal qual fossem elementos correspondentes. O mesmo, no entanto, não ocorre em (3).

O segundo enunciado, (3), encontra-se no grupo dos prosaicos – portanto, condensa pensamentos. Além do jogo de sentidos mobilizado em “direção hidráulica” / “condução coercitiva” – sintagmas nominais apresentados como paralelos, enquanto modalidades de mesma ordem –, há uma alusão a um acontecimento, condição de produção do enunciado: o fato que o ex-presidente Lula, por mando de um juiz (Sérgio Moro, apresentado no parágrafo antecedente), foi *conduzido coercitivamente* ao aeroporto de Congonhas para depor para Operação Lava Jato. A união inusitada entre “**direção hidráulica / condução coercitiva / acontecimento**” não é suficiente para fazer rir: é

preciso que o leitor *atribua sentido* à remissão, que perceba os discursos a que o enunciado alude.

Isto posto, cabe finalmente adentrar no meu objeto de forma mais incisiva. Começo pelo elemento mais evidente e o primeiro a ser reconhecido por nós, leitores: a semelhança na estrutura de ambos os gêneros discursivos.

DESNOTÍCIA EM CENA

Para analisar a estrutura da desnotícia e da notícia, retomo um conceito de Maingueneau ([1998] 2000, [2004] 2006, 2015): a proposição de que a enunciação seja analisada como uma *cena*. Apreendida antes e depois da enunciação, esta cena é dividida em três partes: (a) a cena englobante, que corresponde ao tipo de discurso veiculado (político, religioso, humorístico); (b) a cena genérica (que junto à anterior formam o quadro cênico), que corresponde ao gênero discursivo, portanto, distribui os papéis aos coenunciadores; e (c) a cenografia, a encenação efetiva pela qual a enunciação se legitima (MAINGUENEAU, 2000). É a cenografia que captura o leitor, colocando em segundo plano o quadro cênico, e ratifica a enunciação, bem como seus papéis enunciativos. Para ilustrar essa proposição, recorro ao exemplo dado pelo próprio autor (por questão de espaço, escolhi apenas descrever o anúncio analisado por ele; sua versão extensa encontra-se em Maingueneau (2000, p. 78)). Imaginemos um anúncio publicitário de um produto para emagrecimento; nesse anúncio, vemos uma mulher ao telefone, aparentemente conversando com uma amiga, contando-lhe que comeu demais em sua reunião matinal, mas que “pagará os pecados” consumindo o produto anunciado como seu almoço. A cena englobante (tipo de discurso) é a publicitária; a cena genérica é o anúncio, que estabelece os papéis de anunciante e possível cliente; no entanto, esse texto se encena *cenograficamente* como uma conversa ao telefone, colocando de escanteio as cenas anteriores; e o faz por necessidade retórica, baseado em elementos já conhecidos de seu público, para legitimar o anúncio daquele produto.

Por conta dessa relação “retórica”, a cenografia, ainda segundo Maingueneau (2006), é um enlaçamento paradoxal: uma relação com a memória de uma enunciação que se filia a outras anteriores, mas que ao mesmo tempo reivindica um reemprego. A cena de enunciação, assim, não é um quadro preestabelecido e fixo, mas está antes e depois da própria obra que se enuncia: o texto pressupõe uma cena anterior que também será validada mediante sua própria enunciação. O anúncio de produtos para emagrecimento

enuncia-se através de uma conversa entre mulheres não ao acaso, mas porque é o seu “público alvo”. A cenografia, portanto, é esta armadilha, mediada pela memória discursiva, que aprisiona e interpela o leitor, legitimando a cena enunciativa. Para compreender a cena enunciativa da desnotícia, visto seu fundamento paródico, é preciso que retomemos a da notícia, apreendendo a diferenças entre elas.

Nilson Lage (1985) define bastante objetivamente a notícia:

Do ponto de vista da estrutura, a notícia se define, no jornalismo moderno, como o relato de uma série de fatos a partir do fato mais importante ou interessante; e de cada fato, a partir do aspecto mais importante ou interessante. Essa definição pode ser considerada por uma série de aspectos. Em primeiro lugar, indica que não se trata exatamente de narrar os acontecimentos, mas de expô-los (1985, p. 16).

Adiante, o autor reforça a questão da referencialidade: para ele, cabe à notícia expor (e não narrar) apenas o que é *de fato* relevante; o redator de notícias torna-se uma espécie de “garimpeiro” de fatos, cuja “preocupação é saber se a informação tem importância ou desperta interesse bastante para ser publicada e como ressaltar essa importância ou interesse *mantendo a conformidade com os fatos*” (LAGE, 1985, p. 25, destaque meu). Rudin e Ibbotson (2008), em seu manual de redação jornalística, organizam os fatores “referencialidade” e “relevância” em uma estrutura, segundo eles, bastante tradicional e cristalizada, comumente conhecida como “pirâmide invertida” (p. 53).

Seguindo um “padrão lógico e fluente” (RUDIN; IBBOTSON, 2008, p. 53), a notícia parte das informações mais importantes (*lead*) às menos importantes, ou mais gerais, conforme as considerações de quem a produziu, tradicionalmente respondendo a seis perguntas clássicas (*quem, o que, onde, quando, por que e como*). Lage (1985) descreve o *lead* de forma semelhante: “O *lead*, na síntese acadêmica de Laswell, informa quem fez o que, a quem, onde, como, por que e para quê” (p. 27) e atribui para os parágrafos uma designação diferente mas complementar à de Rudin e Ibbotson (2008): para o autor, segue-se ao *lead* (ou *lide*, em português) a *documentação*, em um ou mais parágrafos. Em termos de um gênero discursivo – agora tenho material para uma definição base –, uma estrutura (ou composição formal) aproximada da notícia consistiria em: manchete/título, *lead*/título, documentação/explicação, documentação/amplificação, documentação/conclusão. Quanto ao estilo, há em Rudin e Ibbotson (2008), de forma menos programática, um apelo à linguagem “objetiva” e “imparcial”. Este apelo torna-se sistemático em Lage (1985):

A retórica da notícia é referencial, por definição. Nisto ela se opõe à publicidade, que tem retórica conativa. O modo verbal da notícia é, portanto, o infinitivo,

enquanto, nos anúncios, predomina o imperativo, ainda que por variantes estratégicas [...] Sendo construção retórica referencial, a notícia trata das aparências do mundo. Conceitos que expressam subjetividade estão excluídos: não é notícia o que alguém pensou, imaginou, concebeu, sonhou, mas o que alguém disse, propôs, relatou ou confessou. É também axiomática, isto é, se afirma (sic) como verdadeira: não argumenta, não constrói silogismos, não conclui nem sustenta hipóteses. *O que não é verdade, numa notícia, é fraude ou erro* (1985, p. 25, destaque meu).

Em uma perspectiva referencialista da linguagem – conflitante com a concepção discursiva –, Lage (1985) postula: “a ideia de verdade está, aí, restrita ao conceito clássico do enunciado aos fatos” (p. 25). É de aparência óbvia, portanto, sua conclusão: para a notícia (e para o jornalismo em geral), “não basta *ser* verdadeiro; é preciso *parecer*” (p. 26, destaques do autor). Aproximações, subjetivações, exageros e, acima de tudo, inverdades estão *excluídas* do “ethos imparcial” da linguagem jornalística.

Essa definição breve, mas consistente, me permite prosseguir a comparação. Retomo meu exemplo de desnotícia para que a vejamos associada às categorias propostas por Rudin e Ibbotson (2008) e Lage (1985) (em colchetes, coloco as categorias correspondentes das notícias nas desnotícias):

(1) **OAS promete reformar casa que caiu [manchete/título]**

GUARUJÁ – Uma nova fase da Operação Lava Jato, recém-deflagrada, apura indícios de que a OAS entrou em contato com Lula para reformar a casa que caiu. “Documentos apreendidos mostram que a empreiteira planeja a construção de um elevador no local a fim de que a popularidade do ex-presidente em exercício volte a subir”, explicou Sergio Moro. **[lead]**

O novo imóvel, segundo as autoridades, será itinerante para que Lula possa viajar pelo Brasil da forma mais confortável possível. “É importante frisar que a casa não consumirá gasolina Petrobras ao se locomover. Será movida pela energia limpa gerada por dois pedalinhos”, revelou a engenheira Artemisa Guedes. “Em vez de direção hidráulica, o empreendimento móvel terá condução coercitiva”, completou. **[explicação/amplificação/documento]**

No final da tarde, em resposta às acusações contra Lula, Aécio Neves gabou-se de ter construído um aeroporto sem a ajuda da OAS. **[conclusão/documento]**

No que tange à estrutura, é patente que a narrativa organiza-se tal qual uma notícia: inicia-se com uma manchete, abrangendo as informações centrais (*a promessa da reforma*); segue-se o *lead*, contextualizando o ocorrido (*a operação Lava Jato apurou que a OAS pretende fazer a reforma*); e finaliza-se com dois parágrafos documento que amplificam (*a casa será itinerante; não usará combustível, mas sim pedalinhos; será conduzida coercitivamente*) e concluem (*o adversário fez o mesmo sem nenhum auxílio da OAS*) a exposição. Quanto ao estilo, é nítida a diferença precisamente pela presença de uma linguagem jocosa, paródica, que fere a objetividade e imparcialidade que discursivamente antecipa-se nas notícias: há casos de duplo sentido (“elevar a popularidade”); termos coloquiais (“casa caiu” – que também é ambíguo); verbos “interpretativos” (“Aécio gabou-se”); entre outras ocorrências que vão de

encontro ao que Lage (1985) define para o estilo jornalístico – afora a própria questão da *verdade*.

Os enunciados não só são “parciais” como não correspondem *objetivamente ao real*, i.e., não são observáveis em condições de verdade¹¹. A memória sobre o jornalismo e seu discurso de relato “verdadeiro” dos fatos, impregnada como objetividade e neutralidade na estrutura noticiosa, é utilizada como cenografia e subvertida: dá-se “tom de verdade” a uma narrativa que é *inventada*. É possível observar a ilogicidade de alguns enunciados que vão ao encontro às questões da objetividade e da factualidade: a casa “será movida pela energia limpa gerada por dois pedalinhos”, “ex-presidente em exercício”, “o imóvel terá condução coercitiva”, entre outros. Parafraseando Lage (1985): para a desnotícia, não é preciso *ser* verdade; basta *parecer*.

A desnotícia, enfim, joga – no modelo que Chiaro (1992) concebe ao riso verbal – com o dissenso sobre a objetividade presente no jornalismo. G. Carvalho (2013) analisa que

o texto jornalístico, de modo geral, está cercado pela aura aparente da objetividade. Neste sentido, tem especificidades que devem ser consideradas quando comparado com qualquer outra prosa. A concepção de objetividade no jornalismo não é consensual. *Pesquisadores denunciam a falsa dicotomia entre objetividade e subjetividade cujo intuito é legitimar a prática jornalística* (2013, p. 6-7, destaque meu).

O jornalista defende essa tese com base na concepção marxista de ideologia, conforme mobilizada por Genro Filho (1987), para quem o jornalismo é, em si, um aparelho ideológico do Estado: “não há dúvida que a chamada ‘objetividade jornalística’ esconde uma ideologia, a ideologia burguesa, cuja função é reproduzir e confirmar as relações capitalistas” (p. 197). Portanto, a tese da objetividade jornalística – da qual, de certa maneira, Lage (1985) é partidário –, para Genro Filho (e, por consequência, para Carvalho (2013)) implica compreender o mundo de forma pronta e acabada, “cuja existência, portanto, seria anterior a qualquer forma de percepção e autônoma em relação a qualquer ideologia ou concepção de mundo” (GENRO FILHO, 1987, p. 197).

A prática jornalística, em seu casamento (não-consensual) com a “objetividade” e a “verdade verificável”, é compreendida, em termos discursivos, como uma tentativa de escamotear a equivocidade fundadora, nos termos de Pêcheux (2015a), de todo discurso. Este fenômeno é bem definido por Propp (1992), para quem a “paródia consiste na

¹¹ Seriam exemplos das sentenças que Frege (2009) considera sem referência, cuja análise de verdadeiro ou falso não se aplica. Em estudos futuros, seria importante discutir em que medida os próprios enunciados jornalísticos são passíveis de análise em condições de verdade para uma compreensão mais aprofundada.

imitação das características exteriores de um fenômeno qualquer da vida [...], de modo a ocultar ou negar o sentido interior daquilo que é submetido à parodização” (p. 84) – não à toa, este autor considera a paródia como “um dos instrumentos mais poderosos de sátira social” (p. 87). Enfim, para o russo, a função última da paródia como sátira social é “demonstrar que por trás das formas exteriores de uma manifestação espiritual não há nada, que por trás delas existe o vazio” (p. 85).

O que a desnotícia faz, então, é apropriar-se da estrutura e estilo da notícia como sua cenografia, para, na verdade, subverter o princípio da objetividade, com uma narrativa/exposição ficcional. Como assevera Propp, “a paródia é cômica somente quando revela a fragilidade interior do que é parodiado” (1992, p. 87): a desnotícia respeita e copia alguns elementos, como a estrutura genérica, para possibilitar o reconhecimento, pelo leitor, do que é frágil no gênero noticioso e no discurso jornalístico: no que diz respeito ao acontecimento e à qualificação dos elementos narrados, acaba por romper com a noção do fato, da objetividade e da imparcialidade. A porta de entrada, por assim dizer, da produção do humor no discurso parodista da desnotícia acontece por meio dessa paródia cenográfica: pelo reconhecimento da estrutura da notícia; um reconhecimento que deve ser posto em xeque por pequenas (ou não tão pequenas) incongruências.

De maneira lateral, já pontuei o que talvez seja o elemento mais importante para a compreensão do discurso paródico da desnotícia: o funcionamento da memória. É por ele que iremos compreender a relação da desnotícia com o discurso veiculado pela imprensa e com o real dos fatos.

O PAPEL DA MEMÓRIA

Vimos já que a desnotícia é a paródia de um gênero jornalístico. Considerando que a paródia se constrói pela inversão de uma voz original, há sempre uma retomada de ditos anteriores, já enunciados, mas que retornam na enunciação. Em AD, chamamos isso de memória discursiva. Esta memória, de ordem não cognitiva, mas histórica e social, foi apresentada em duas perspectivas distintas, porém complementares. Courtine ([1981] 2009), ao se deter sobre o discurso político, estabelece que

toda produção discursiva que se efetua nas condições determinadas de uma conjuntura movimenta – *faç circular* – formulações anteriores, já enunciadas: interpretamos assim as “manifestações discursivas” desse grupo de fundamentalistas, vindo romper por meio da lembrança de uma fórmula o ritual que preside à enunciação de um discurso político, como um efeito de *memória* na

Ela, a memória, é o que garante a “existência histórica do *enunciado* no interior de práticas discursivas regradadas por aparelhos ideológicos” (p. 105-106). É a relação entre o discurso e o interdiscurso o que faz retornar na atualidade do acontecimento uma formulação-origem. A memória, para Courtine, é a filiação de um discurso a outros anteriores; o que permite às formações discursivas, na atualização do acontecimento histórico, que se repitam e se manifestem, que façam emergir ou esquecer enunciados.

Pêcheux (2015b) e Achard (2015), por sua vez, em um simpósio dedicado à questão da memória realizado na França, em 1983, abordam a memória menos em sua relação com uma formulação-origem e mais àquilo que, no fio do discurso, é repetido, pressuposto, “o que surge como acontecimento a ler, [o que] vem reestabelecer os “implícitos” [...] de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível” (PÊCHEUX, 2015b, p. 46). Para ambos, a memória é aquilo que aparece no discurso como já-dado, e prescinde da necessidade de que esse “(re)construído tenha existido em algum lugar como discurso autônomo” (ACHARD, 2015, p. 13).

A memória discursiva, portanto, é aqui compreendida em seus dois sentidos: a formulação-origem na qual um discurso se funda e se repete, transformando-a, reformulando-a, repetindo-a ou transgredindo-a; mas, também, aquilo que o discurso toma como dado, como evidente, que funda a possibilidade da leitura do discurso em um “espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização... Um espaço de desdobramentos, réplicas, polêmicas e contra-discursos” (PÊCHEUX, 2015b, p. 50).

Podemos observar a memória discursiva, enquanto elemento fundamental das produções discursivas, em funcionamento no discurso jornalístico. Recortei o trecho abaixo de uma notícia da Folha de S. Paulo (FSP), do dia 19/04/2017; nela, expõe-se a eleição do caráter de urgência para a votação, na Câmara dos Deputados, da reforma trabalhista:

(4) **MÉTODO CUNHA**

[...] A oposição acusou o presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e a base governista de patrocinarem um golpe ao refazer no dia seguinte uma votação em que haviam sido derrotados na véspera. Eles portaram cartazes com a inscrição "método Cunha não", em referência à prática do ex-presidente da Câmara Eduardo Cunha (PMDB-RJ) de refazer votações cujo resultado não havia sido de seu agrado. (FSP, 19/04/2017).

Há diversas retomadas que o leitor precisa reconhecer em um texto noticioso – o que a linguística de texto chama de *conhecimento prévio*. Neste trecho, encontramos nomes (“Rodrigo Maia”, “Eduardo Cunha”), siglas (“PMDB”, “DEM”, “RJ”) e termos (“governista”, “golpe” etc.) cujo reconhecimento é necessário para a compreensão da notícia. Porém, como discurso sobre o acontecimento, a notícia permite encontrar uma amalgama de discursos anteriores que retornam na cadeira significante. O trecho recortado traz outros enunciados, alhures, na nominalização de “método Cunha” e suas paráfrases “refazer [...] uma votação em que haviam sido derrotados” / “patrocinarem um golpe”. Esses enunciados remontam a duas situações diferentes e correlacionadas. A primeira diz respeito ao primeiro e segundo sintagmas. A FSP, quando equipara semanticamente estes sintagmas, reinscreve na atualidade da conjuntura política um momento anterior: a notícia dá conta de, explicitamente, resgatar a memória sobre as práticas do ex-presidente da Câmara, Eduardo Cunha, de refazer votações e mostrar sua *permanência*. Os dizeres dos cartazes de protesto, “método Cunha não” e “Cunha de novo não!” – este estampado na foto que ilustra a notícia – deixam claro a existência de uma continuidade até então mantida em silêncio, desde o afastamento de Cunha. Isto é, que Eduardo Cunha “é passado”, mas as manobras polêmicas que praticava, bem como sua recusa, não. Daí que “refazer as votações” é o “método Cunha”.

No entanto, um outro elemento entra em cena: no discurso da oposição, os dois primeiros sintagmas são ressignificados pelo terceiro. Foi Cunha quem abriu o processo de impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff na Câmara; processo compreendido pela atual oposição como um *golpe antidemocrático*. Assim, as manobras e práticas de Cunha rejeitadas pela oposição são rebatizadas como e pelo “golpe” – mesmo quando o antecedem. Em suma, o “método Cunha” se torna “refazer votações derrotadas” mas também “patrocinador golpes (antidemocráticos)” – a memória se inscreve no intradiscurso jornalístico em sua (cenografia de) exposição objetiva.

No que tange às desnotícias, a memória discursiva se manifesta precisamente pelo efeito simbólico do discurso parodista: de um lado, é a “contra-discursividade” do discurso jornalístico e de como ele se formula e se materializa nas notícias; de outro, na transgressão do acontecimento e do discurso jornalístico, através de remissões que o texto delega ao leitor para que o interprete como humorístico. Para compreendermos a produção deste efeito de sentido, é preciso que retomemos outro conceito, que se alia à memória nas desnotícias: o equívoco discursivo.

O enunciado, quando se atualiza – isto é, quando retomado na atualidade do acontecimento –, é sempre ressignificado. Essa ressignificação está já prevista na medida em que a língua é tomada pelo discurso: a língua, como recorte da substância da linguagem – e, por conseguinte, o discurso –, é, diz Milner (2012), ao mesmo tempo ela e uma outra: o não-idêntico a si. Essa possibilidade de reformulação, do engano, é o que chamamos de equívoco da língua:

Todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). Todo enunciado, toda sequência de enunciados é, pois, *linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis, oferecendo lugares de interpretação* (PÉCHEUX, 2015a, p. 53, destaque meu).

Essa não identidade, possibilidade de deriva, permite a quebra de expectativa do riso. Nas desnotícias, especificamente, a paródia manifesta-se através do equívoco e da memória de duas formas: em um primeiro plano, ao parodiar o gênero discursivo da notícia, que estabelece por si uma relação de memória parodista (conforme vimos acima, na reencenação cenográfica da desnotícia). Mas também, em segundo plano, no intradiscurso, nos enunciados prosaicos, através das alusões – técnica, inclusive, descrita por Freud (1977) como a “questão de representar alguma coisa que não pode ser expressa diretamente” (p. 93), ou ainda, “a substituição por algo que lhe seja vinculado em uma conexão conceptual” (p. 94). Por fim, para finalizar essa pequena resenha teórica, falta dizer, sobre a memória e o equívoco, que há casos de enunciados humorísticos que jogam apenas com a língua: o equívoco não na retomada de uma memória, mas na própria não-identidade da língua consigo mesma (ainda que sob o signo da cenografia). Analisaremos estes dois últimos funcionamentos agora:

- (5) **Encontrado escândalo de corrupção que não envolve Eduardo Cunha**
- (6) [...]Raquítico e com olheiras, o deputado Chico Alencar desabou no gabinete de Cunha após checar todos os episódios de corrupção desde Pedro Álvares Cabral. “O nobre parlamentar usou sua base de apoio para costurar acordos da Coroa Portuguesa com o Clero. Mais tarde, cobrou propinas nos escambos entre portugueses e índios”, declarou, enquanto exibia pergaminhos do Vera Cruz Papers. Esbaforido, outro deputado, Alessandro Molon, jogou a toalha após vasculhar todas as capitânias hereditárias. “Duarte Coelho, Pedro de Campos Tourinho e Vasco Fernandes Coutinho não passavam de laranjas. Cunha, na verdade, era usufrutuário em vida de todas as capitânias hereditárias”, explicou, antes de receber soro na veia. (TPH, 04/05/2016)
- (7) **“Caixa dois é apenas a soma de dois caixas um”, desmistifica Gilmar Mendes**
- (8) BRASÍLIA – O presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Gilmar Mendes, afirmou nesta terça-feira que a discussão sobre financiamento ilegal de campanha “não cabe em caixinhas”. “Temos que desmistificar a questão. Tirar dela todo incenso, todos os cristais e todos os

duendes”, conclamou. “Numa chapa presidencial, por exemplo, o candidato a presidente tem um caixa e o vice tem outro. É natural que seja assim. Instados a apontar em qual caixa pretendiam depositar suas contribuições, os empresários frequentemente responderam: ‘Nos dois’. Não à toa, ao longo do tempo, o termo ‘caixa dos dois’ foi se simplificando até virar ‘caixa dois’”. (TPH, 04/03/2017)

Em (5), como no trecho da notícia (4), é preciso que o leitor reconheça o nome citado: o deputado Eduardo Cunha – essa inferência que permite a alusão no chiste. A memória discursiva deste trecho torna-se mais evidente se parafrasearmos o chiste: “Eduardo Cunha está envolvido em todos os escândalos de corrupção menos um”. Esta nova frase – que “mata” o chiste – poderia muito bem ter sido proferida sobre o deputado como uma hipérbole, principalmente em uma formação discursiva “de esquerda” ou opositora às suas práticas (tal qual as manobras citadas acima). O que se alude, aqui, portanto, é a quantidade de casos de corrupção ou má-conduta em que Cunha se viu acusado ou de fato envolvido. A suposição um tanto absurda, mas não infundada, de que haveria *somente um caso* de corrupção que não envolvesse Cunha é em si jocosa.

Essa suposição se estende para o enunciado (6). Agora, outras remissões são necessárias: “Chico Alencar” e “Alessandro Molon”, ambos deputados (PSOL-RJ e REDE-RJ, respectivamente) e historiadores; “Pedro Álvares Cabral”; “Coroa Portuguesa”; “Clero”; “Duarte Coelho, Pedro de Campos Tourinho e Vasco Fernandes Coutinho” (donatários das capitânicas hereditárias de Pernambuco, Porto Seguro e Espírito Santo, respectivamente). Não obstante as referências, o que motiva o riso é a forma com que essas personagens e os acontecimentos a que se referem são mobilizados. Há, digamos, dois elementos que se entrelaçam para reconstituir a memória discursiva sobre Cunha: o *absurdo* e a *exaustão extensiva* de seus escândalos. Por um lado, é retratada a dificuldade que os deputados opositores tiveram em encontrar (sem sucesso) escândalos que não envolvessem Cunha: “*raquítico e com olheiras*”, “*desabou no gabinete após checar todos os episódios de corrupção*”, “*esbaforido*”, “*jogou a toalha após vasculhar todas as capitânicas hereditárias*” e, por fim, “*antes de receber soro na veia*” – este exagero, inclusive, é exemplo do conflito com o estilo impessoal e imparcial do discurso jornalístico que discuti no item anterior, apresentado por Lage (1985).

Por outro lado, este exagero diz respeito à extensão das acusações e casos em que Cunha se envolveu, em uma mescla histórica. São expostos casos que mesclam ocorrências “*fatuais*” dos casos de Cunha e elementos impossíveis, que remontam ao descobrimento do Brasil: (a) que ele tenha usado “sua base de apoio” para fazer acordos com a Coroa e o Clero, isto é, em referência às suas manobras com base da Câmara e os acordos com o Executivo e os representantes religiosos; (b) que tenha cobrado propinas nos escambos na

colonização, em referência às denúncias de recebimento de propina como nos casos da Caixa, da Assembleia de Deus e muitos outros; (c) ou que Cunha tenha usado laranjas nas capitâncias hereditárias, em referência aos laranjas que usou em suas contas na Suíça. Por fim, há uma nominalização interessante que condensa essa relação passado/presente dos escândalos de Cunha: “os pergaminhos *Vera Cruz Papers*”. Esta nominalização retoma os “papéis do Panamá”, ou “*Panama papers*”, que são os registros de políticos que usaram *offshores* em mais de 200 países para lavagem de dinheiro – escândalo político divulgado em abril de 2016 em que Cunha é um dos 57 brasileiros citados. Assim, Vera Cruz Papers condensa “*Panama papers*” e “Ilha de Vera Cruz”, nome português dado ao Brasil quando foi “descoberto”, reforçando o absurdo da participação nos escândalos.

Um enunciado que traduz esse parágrafo poderia ser formulado da seguinte maneira: “Eduardo Cunha está envolvido em tantos casos de corrupção que não há período no Brasil em que ele não tenha participado de algum esquema ilegal”. A memória, como vimos com as referências ao Cunha, trabalha com a disposição em série de contextos, com a repetição e retomada, mas que sempre pode se deslocar (ACHARD, 2015) – na desnotícia, uma retomada inusitada, inesperada, por isso, *risível*. A graça dos enunciados surge da relação inusitada entre os eventos, o absurdo com que são apresentados e o reconhecimento da presença de Cunha em muitos escândalos de corrupção que *de fato* aconteceram.

Prosseguindo, para exemplificar a atuação sobre o equívoco da língua, apresento outra desnotícia, exemplos (7) e (8). Este texto parte da ambiguidade sobre o pressuposto em “caixa dois”, e nele subjaz uma alusão à entrevista de Gilmar Mendes para a BBC. Retomo, primeiro, trechos da entrevista (escolhi, para ilustrar, uma notícia do jornal O Globo¹², mas foram vários os portais que noticiaram a declaração do presidente do TSE):

(9) “Caixa 2 tem que ser *desmistificado* também. Necessariamente ele *não significa um quadro de abuso de poder econômico*. Por que se faz caixa 2? A princípio para o candidato seria indiferente, seria até melhor que ele recebesse pelo caixa 1”, afirmou Mendes, em entrevista à BBC Brasil. (GLOBO, 10/03/2017)

(10) Segundo o presidente do TSE [Gilmar Mendes], as investigações da Lava-Jato revelaram a existência de quatro tipos de situação: “Temos a doação plenamente legal. Tem essa chamada *doação legal entre aspas*, (oriunda de) propina. Temos a *doação irregular, informal*, caixa dois, *que não teria outros vícios*. E podemos ter também essa *doação irregular, informal*, (oriunda de) propina, portanto com o *objetivo de corrupção*”. (GLOBO, 10/03/2017)

(11) Ao site do jornal “O Estado de S. Paulo”, Mendes disse que no entendimento do TSE *a doação via caixa 2 não deve ser tratada como crime*, nos casos em que o dinheiro não tem origem ilícita. No máximo, *pode ser enquadrada como “abuso de poder econômico”* por parte do candidato beneficiado. (GLOBO, 10/03/2017)

¹² Os destaques são todos meus.

- (12) Na avaliação do ministro do STF, a diferenciação deve ocorrer mesmo quando houve benefício pessoal. “Claro que se alguém recebeu dinheiro para uso próprio, isso já está em um outro plano, é enriquecimento ilícito, *seja lá por caixa 1 ou caixa 2*”. (GLOBO, 10/03/2017)

Fica evidente, em toda a entrevista, a tentativa de Gilmar Mendes de desqualificar a prática do caixa dois como ilegal ou mesmo prática condenável. Em (9), o ministro introduz o termo “desmistificar”, que consiste em atribuir os seguintes sentidos ao “caixa dois”: “necessariamente ele não significa um quadro de abuso de poder econômico”; “doação *legal entre aspas*, (oriunda de propina)”; “doação *irregular, informal* [...] que não teria outros vícios”; “doação irregular, informal, [...] com o objetivo de corrupção”; “*não deve* ser tratado como *crime*”; “pode ser enquadrada como ‘*abuso de poder econômico*’”. Uma prática “ilegal” passa a ser “irregular”, “informal”, “sem vícios”, “legal entre aspas” ou apenas um “abuso de poder” – essa é a desmistificação do caixa dois. Na desnotícia, enunciados (7) e (8), estes sentidos retornam como memória, mas *não é sobre ela* que frui o riso. Vejamos como.

No enunciado (7), há um deslocamento do que tradicionalmente se entende como caixa dois no campo político: isto é, “uma prática corrupta de desvio de dinheiro”. Sob a figura de “Gilmar Mendes”, muda-se de campo: “caixa dois” desloca-se do campo político para o campo do calculável; não é mais uma prática condenável de desvio, mas uma operação matemática. Essa mudança permite uma atenuação ética da prática (como proposto de fato pelo ministro na *notícia* acima), uma vez que é possível compreender “caixa dois” de ambas as formas: como “apenas” a soma de dois caixas, em uma escala gradual, logo, “caixa dois”, e como a nominalização da prática de desvio, logo, um caixa secundário, não-oficial e irregular (“legal entre aspas”). Deste deslocamento inesperado da predicação de caixa dois, como termo ambíguo, frui o riso, tal qual exemplificado no esquema abaixo:

Caixa dois é $\frac{\text{[uma prática corrupta de desvio de dinheiro]}}{\text{apenas a soma de dois caixas um}}$

No *lead*, enunciado (8), por sua vez, a construção é um pouco diferente mas incide sob o mesmo termo ambíguo, “caixa dois”, e retoma mais vivamente a entrevista de Gilmar Mendes – assim, fica evidente nesse parágrafo a tentativa de “atenuar” a prática do caixa dois, através do retorno de “desmistificar”. No entanto, enquanto na entrevista “desmistificar” é entendido como resolução do sentido, como um processo de retirada do equívoco, é precisamente pela polissemia equívoca da palavra que a desnotícia a retoma:

desmistificar desloca-se para seu sentido esotérico, místico. A palavra é tomada “ao pé da letra”, não como uma resolução de más interpretações, mas sim como a retirada de “**cristais**”, “**incensos**” e “**duendes**” – desmistificar é “*mistificado*”. Tal qual no enunciado anterior, (7), o esquema que exemplifica o deslocamento seria esse:

É preciso desmistificar: [resolver as más interpretações, os equívocos]
remover os **cristais**, os **incensos**, os **duendes**

Sob essa “desmistificação”, a desnotícia avança, fornecendo outra explicação sobre o termo “caixa dois”. Agora, o deslocamento do vocábulo não recai apenas sobre o campo da matemática: a prática ainda é uma soma de mais de um caixa; no entanto, sua nominalização está no campo da “variação linguística”, por assim dizer. O termo, supostamente, teria sido cunhado por representar dois políticos, o presidente e seu vice. Somados os caixas, teríamos, naturalmente, “o caixa do presidente e o caixa do vice”; paráfrase possível é “caixa **do presidente** e **do vice**”. Os empresários, dessa forma, passariam a se referir aos caixas como “o caixa **dos dois**”, em que o numeral seria uma proforma para vice e presidente. A queda da preposição, em virtude do uso corrente da língua, transformou “caixa dos dois” em “caixa **dois**”, retirando a posse marcada pela preposição deixando apenas uma predicação numeral. Em resumo, a transformação aconteceria assim:

“Caixa **do presidente** e **do vice** / Caixa **dos dois** / Caixa **dois**”

Nestes enunciados, portanto, o riso é provocado pelos deslocamentos equívocos da língua, pela exploração de sua polissemia, cujo pano de fundo é o “malabarismo” linguístico de “Gilmar Mendes” que busca “desmistificar” a prática do caixa dois: que o transforma em uma prática calculável, mundana, e, por vezes, apenas uma questão de nomeação – não uma prática política antiética ou criminosa.

Enfim, se retomarmos Courtine (2009), é a memória discursiva que seleciona, “do que nos lembramos e como nos lembramos, na luta ideológica, do que convém dizer e não dizer, a partir de uma determinada posição em uma conjuntura dada” (p. 106). Espero ter deixado claro como ocorre essa seleção na desnotícia: que todo enunciado da desnotícia parte da memória discursiva, primeiro do gênero discursivo da notícia (conforme o item anterior), e, em segundo lugar, de um ou mais acontecimentos que foram noticiados,

podendo ou não se deter sobre ele para fazer fruir o riso. Espero também ter deixado claro que a memória discursiva é mobilizada acima de tudo para fazer emergir o riso, a partir de junções improváveis, com deslocamentos, condensações, mas sempre também com relação ao real: isto é, as alusões são absurdas, exageradas ou incongruentes, mas *nunca infundadas*.

CONCLUSÃO

Retomemos as conclusões a que cheguei em cada um dos itens acima. Vimos que a desnotícia é um texto paródico, que imita cenograficamente a notícia em sua estrutura, mas antagoniza semanticamente com o discurso jornalístico em sua produção de “fatos”. Para parodiar a estrutura da notícia, observamos que a desnotícia aparece como o discurso do dissenso sobre a objetividade jornalística. Isto é, articula-se a partir do desejo do campo jornalístico de se legitimar por meio de uma aparente objetividade, em que busca esconder a impossibilidade discursiva de se desvincular de uma ideologia em prol de uma descrição objetiva e verdadeira dos fatos. A desnotícia, enfim, fura o discurso jornalístico em seus aspectos principais: a referencialidade e a neutralidade. Primeiro, não se detém aos fatos, expõe ficções (que mantém certo nível de relação com o real); segundo, que não se atém ao estilo objetivo e imparcial, deixando “aparecer” verbos interpretativos. Este furo que legitima a enunciação da desnotícia e permite que seja objeto de riso (e não de recusa): ela mobiliza este desejo do campo jornalístico como sua cenografia, mas sempre para desmascará-lo; *aparenta ser uma notícia apenas na medida em que pode ser reconhecida como não sendo uma*.

Depois, analisei mais detidamente a relação referencial, que Lage (1985) defende como elemento principal da “retórica” da notícia. Para tal, recorri à noção de memória discursiva, isto é, o reaparecimento de discursos anteriores nas sequências discursivas. Neste caso, vimos que a memória tem um lugar central nas exposições jornalísticas, para além da pura referência; vimos também que a memória discursiva aparece em dois planos distintos: o primeiro, descrito acima, é o plano cenográfico, da memória sobre o campo jornalístico de que a desnotícia necessita para legitimar sua enunciação; o segundo plano é o das alusões e referências, presentes no conteúdo de cada enunciado humorístico produzido. Deste segundo plano, diferenciei os enunciados em dois tipos: os que mobilizam a memória propriamente dita (enunciados prosaicos), cuja graça é fruto da reunião inusitada de acontecimentos não necessariamente relacionados; e os que mobilizam o equívoco da língua, sua não-identidade consigo mesma (enunciados poéticos), cuja graça é fruto de

deslocamentos de sentido promovidos sobre a não univocidade de sentido (mas que, mesmo assim, se baseavam sob a retomada de acontecimentos para se enunciarem). Através de minhas análises, vimos que a memória tem um papel fundamental, uma vez que, por mais absurdas que sejam as desnotícias, sempre há alguma relação com o real da história.

Algumas questões ficaram latentes durante as análises, e gostaria de trazê-las à tona. A primeira é deixar claro que a desnotícia não tem um papel informativo, mas sim humorístico; isto é, não busca informar, mas provocar o riso. Há quem argumente que a desnotícia diz algo, logo, informa – mas isto é muito pouco, visto que todo enunciado, por mais simples que seja, diz algo: é próprio da língua e do enunciar. Agora, o estatuto do que a desnotícia diz não pode ser compreendido como informativo ou referencial, principalmente porque ela *parte* da pressuposição de que seus leitores *reconheçam* os fatos que serão aludidos. Não pode ser considerada referencial ou informativa porque fere o princípio da notícia como ilustrado por Lage (1985): o que não é verdade é compreendido como fraude ou erro. Enquanto, para um texto informativo e referencial como a notícia, a ficção é um *erro*, um interdito, para a desnotícia ele é o ponto de partida, o principal.

O que nos leva à segunda questão: a qualidade do dizer e da verdade na e da desnotícia. Consegui encontrar, para cada enunciado humorístico, alguma interpretação do real; quando tratei dos enunciados sobre Eduardo Cunha, foi possível pensar em paráfrases, que acabariam com a fruição do riso, mas apresentavam uma asserção. O mesmo poderia ser feito da desnotícia em que analisei a estrutura: que “a casa caiu” para o ex-presidente, que possíveis relações suas com as empreiteiras (que hoje sabemos serem corruptas) teriam sido descobertas. E, por fim, da desnotícia em que figura Gilmar Mendes: ao tentar desmistificar a prática do caixa dois, predicando-a de diversas formas, ele estaria fazendo malabarismos (linguísticos ou matemáticos) para retirar suas qualidades malvistas, de crime ou ilegalidade. Há, portanto, algo dito sobre o real nas desnotícia, mas que é interdito ao discurso jornalístico; e que não é expresso assertivamente – precisamente por ser humorístico. É uma verdade própria, diferente da jornalística ou do discurso sério, que reivindica para si uma memória que não precisa, como nos diz Achard (2015), ter sido formulada ainda como discurso autônomo.

O que nos leva à última questão: a apresentação dessas verdades. É fato que a desnotícia é uma paródia. Só que a paródia, como propõe tanto Sant’Anna (2003) quanto Propp (1992), é comumente entre textos, vozes, não de um gênero ou campo. Qual então o limite dessa paródia? É fato também que o real é interpretado de forma diferente nas desnotícias do que no discurso sério. Mas como? O que se diz? É através da ironia, do

cinismo, da sátira? Quais outros elementos entram em campo na enunciação humorística da desnotícia para constituir uma verdade para si? Essas questões deixarei em aberto, para que possamos explorá-las em outro momento, aprofundando, cada vez mais, nossa compreensão do campo humorístico e dos discursos que por ele circulam.

REFERÊNCIAS

- ACHARD, P. Memória e Produção Discursiva do Sentido. In: ACHARD, P. *et al*, Papel da Memória. Campinas: Pontes, 2015. Trad.: José Horta Nunes.
- BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In: _____. Estética da criação verbal. São Paulo: Martins Fontes, 1997. Trad: Maria Ermantina Galvão G. Pereira
- CARVALHO, G. Diretrizes para a Análise de Discurso em Jornalismo. Revista Uninter de Comunicação, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 5-27, jun./dez. 2013.
- CHIARO, D. The Language of Jokes: analysing verbal play. Londres: Routledge, 1992.
- COURTINE, J.-J. (1981) Análise do Discurso Político: O discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: Edufscar, 2009. Trad.: Patrícia Reuillard (supervisora).
- FREGE, G. Lógica e Filosofia da Linguagem. 2. ed. São Paulo: Edusp, 2009. 248 p. Trad.: Paulo Alcoforado.
- FREUD, S.(1905) Os Chistes e sua Relação com o Inconsciente. Rio de Janeiro: Imago Editora, 1977. Trad: Jayme Salomão (supervisor).
- GENRO-FILHO, A. O segredo da pirâmide: Para uma teoria marxista do jornalismo. Porto Alegre: Tchê, 1987. 230 p.
- LAGE, N. Estrutura da notícia. São Paulo: Ática, 1985. 64 p.
- MAINGUENEAU, D. (1998) Análise de textos de comunicação, São Paulo: Cortez, 2000. Trad: Cecília P. de Souza-e-Silva e Décio Rocha.
- _____. (2004) Discurso literário, Editora Contexto: SP, 2006. Trad: Adail Sobral
- _____. (2014) Discurso e Análise do Discurso, Parábola Editorial: SP, 2015. Trad: Sírio Possenti.
- MILNER, J.-C. O amor da língua. Campinas: Edunicamp, 2012. 126 p. Trad.: Paulo Sérgio de Souza Júnior.
- PÊCHEUX, M. (1983) Discurso: Estrutura ou Acontecimento. Campinas: Pontes, 2015a. Trad.: Eni P. Orlandi.
- _____. Papel da Memória. In: ACHARD, P. *et al*, Papel da Memória. Campinas: Pontes, 2015b. Trad.: José Horta Nunes.
- PROPP, V. Comicidade e riso. São Paulo: Editora Ática, 1992. Trad: Aurora Bernardini e Homero de Andrade.
- RUDIN, R. e IBBOTSON, T. Introdução ao Jornalismo: Técnicas Essenciais e Conhecimentos Básicos. Rio de Janeiro: Editora Roca LTDA, 2008.
- SANT'ANNA, A. R. PARÓDIA, PARÁFRASE & CIA. São Paulo: Ed. Ática, 2003.
- SKINNER, Q. Hobbes e a Teoria Clássica do Riso. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2004. Trad: Alessandro Zir.

Corpus de Notícias e Desnotícias

“CAIXA DOIS é apenas a soma de dois caixas um”, desmistifica Gilmar Mendes”, THE PIAUÍ HERALD, 15 mar. 2017. Disponível em: <http://piaui.folha.uol.com.br/herald/2017/03/15/caixa-dois-e- apenas-a-soma-de-dois-caixas-um-desmistifica-gilmar-mendes/>. Acesso em 20/04/2017.

ENCONTRADO escândalo de corrupção que não envolve Eduardo Cunha”, THE PIAUÍ HERALD. 04 maio 2016 Disponível em: <http://piaui.folha.uol.com.br/herald/2016/04/04/encontrado-escandalo-de-corrupcao-que-nao-envolve-eduardo-cunha/>. Acesso em 22/04/2017.

GILMAR Mendes diz que caixa 2 precisa ser “desmistificado”, O GLOBO, 10 mar. 2017. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/gilmar-mendes-diz-que-caixa-2-precisa-ser-desmistificado-21044204>. Acesso em 22/04/2017

GOVERNO manobra e aprova urgência na tramitação da reforma trabalhista”, FOLHA DE S. PAULO 19 abril 2017. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/04/1877010-governo-manobra-e-aprova-urgencia-na-tramitacao-da-reforma-trabalhista.shtml>. Acesso em 19/04/2017

OAS promete reformar casa que caiu. THE PIAUÍ HERALD, 04 mar. 2016. Disponível em: <http://piaui.folha.uol.com.br/herald/2016/03/04/oas-promete-reformar-casa-que-caiu/>. Acesso em 07/04/2017, às 00:01.

MARINA TOTINA DE ALMEIDA LARA

Graduada em Letras – Português/Francês (UNESP), Mestranda em Linguística e Língua Portuguesa (UNESP), Bolsista do CNPq. Membro do Grupo de Pesquisa SLOVO - Grupo de estudos do discurso (UNESP), m.almeidalara@hotmail.com